

**Ata da reunião ordinária da Câmara Municipal de Terras de Bouro, realizada em
09 de novembro de 2017**

Aos nove dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezassete, no Edifício dos Paços do Concelho e na sala de sessões da Câmara Municipal, compareceram os seguintes elementos que constituem o Executivo Municipal para o Quadriénio de dois mil e dezassete a dois mil e vinte e um: o Presidente da Câmara Municipal, Manuel João Sampaio Tibo e os vereadores, Adelino da Silva Cunha, Paulo Alexandre Vieira e Sousa, Ana Genoveva da Silva Araújo e Luís António de Sousa Teixeira. -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal declarou aberta a reunião pelas dez horas. ----

Procedeu-se de imediato à leitura da ata da reunião anterior que, colocada a votação, foi aprovada por unanimidade. -----

No período “antes da ordem do dia” o senhor Presidente da Câmara Municipal informou os presentes que a Câmara Municipal recebeu, no dia sete de novembro, a sentença relativa ao acidente do malogrado Joaquim Martins, que, resumidamente, condena a Câmara Municipal a indemnizar a família. Neste momento o senhor Presidente da Câmara entregou cópia daquela sentença aos senhores vereadores. -----

De seguida o senhor Presidente da Câmara Municipal informou os senhores vereadores que, em resultado de informação obtida dos serviços, se encontram por cobrar cerca de cento e oitenta e dois mil euros de receitas municipais, distribuídas da seguinte forma: cerca de vinte e sete mil e quinhentos euros relativos a rendas; cerca de oitenta e nove mil e novecentos euros relativos a fornecimento de água, tratamento de águas residuais e recolha de resíduos sólidos urbanos; e, cerca de sessenta e cinco mil euros referentes a outros serviços e taxas. -----

Num terceiro ponto o senhor Presidente da Câmara Municipal informou que recebeu o senhor José Manuel Cracel, proprietário do muro contíguo ao Centro Escolar, que pretende que a Câmara Municipal suporte os custos incorridos com a reparação daquele muro e informando que iria intentar uma ação judicial contra o Município para o efeito. -

De seguida abordou a questão dos recibos verdes informando que, no dia trinta e um de outubro último, conforme clausulado dos respetivos contratos, cessaram a generalidade dos contratos de prestação de serviços. Prosseguiu, informando, que no dia trinta de outubro, questionou os serviços financeiros sobre os trâmites a seguir para proceder à renovação daqueles contratos, tendo obtido a informação de que não haveria dotação orçamental para o efeito. Nessa altura determinou que se efetuasse uma proposta de alteração orçamental no sentido de dotar a respetiva rubrica com a verba necessária. A proposta de alteração orçamental, que previa o reforço de trinta e seis mil euros para aquela rubrica, valor insuficiente para a totalidade dos contratos existentes, foi enviada aos senhores vereadores, no mesmo dia, para efeitos de autorização da alteração orçamental e posterior ratificação nesta reunião. Situação que não se concretizou devido à exigência dos senhores vereadores de, numa primeira fase, conhecerem o nome dos prestadores de serviços que iriam ser objeto de renovação, fazendo incidir a importância do tema no nome dos prestadores de serviços e não na sua necessidade efetiva e, numa

segunda fase, no condicionamento da aprovação da alteração orçamental à renovação de todos os contratos de prestação de serviços, situação que, explicou o senhor Presidente da Câmara, inviabilizou a alteração orçamental, uma vez que a verba disponível não era suficiente para aquele efeito. Prosseguiu o senhor Presidente da Câmara Municipal referindo que a principal preocupação do executivo em permanência tinha que ver com o normal funcionamento da comunidade escolar, situação que, após reunião, no dia trinta e um de outubro, com os responsáveis do Agrupamento de Escolas de Terras de Bouro, ficou assegurada. Por fim, o senhor Presidente da Câmara referiu que a situação dos trabalhadores em regime de prestação de serviços “*deve ser e vai ser resolvida*”. -----

Por último o senhor Presidente da Câmara Municipal, na sequência do pedido de informação do senhor vereador, Dr. Luís Teixeira, na última reunião de câmara, comunicou que já procedeu à delegação de competências no senhor Vice-Presidente da Câmara, Dr. Adelino Cunha, bem como, à distribuição dos pelouros, entregando, simultaneamente, cópia dos despachos aos senhores vereadores. -----

De seguida usou da palavra o senhor vereador, Dr. Paulo Sousa, para referir que “*toda a gente sabia que os contratos de prestação de serviços terminavam a trinta e um de outubro*” e que se trata de um problema social do concelho, com a existência de pessoas há mais de dez anos naquela situação. Referiu, de seguida, que foi o primeiro a responder ao pedido do executivo em permanência, autorizando a alteração orçamental. -----

Prosseguiu o senhor vereador, Dr. Paulo Sousa, para referir que entende que se criou, no passado, um problema para o executivo e a sua preocupação atual era no sentido de não se criar nova lista de prestadores de serviços, abandonando os que cessaram contrato. Mais referiu, dizendo que desconhece quantas pessoas são necessárias para a prestação de serviços, acrescentando que este é o órgão competente para decidir nestas matérias. --

Usou então da palavra o senhor vereador, Dr. Luís Teixeira, para referir que não pediu qualquer lista de eventuais prestadores de serviços ao executivo em permanência, que vinte e quatro horas para decidir esta questão é muito pouco e que o executivo em permanência poderia ter convocado uma reunião extraordinária para tratar este importante assunto. Prosseguiu referindo: “*Dado se estar a falar de um assunto da maior importância e relevância, porque estamos a falar de pessoas, muitas das quais a prestar serviço há vários anos, aquilo que respondi foi que, para todos os recibos verdes, haveria possibilidade de efetuar contrato para um mês - novembro até se encontrar outra solução.*” -----

Referiu, ainda, o senhor Vereador que no dia onze de outubro foi respondido à Direção Geral das Autarquias Locais um inquérito relativo aos precários. “*A relação solicitada pela DGAL sobre os precários existentes entre 1 de janeiro e 4 de maio 2017, embora solicitado em quantidade, teve por base a lista com o nome das pessoas que efetivamente prestavam serviço ao município nessa data. Isto é, o Programa de Regularização Extraordinária dos Precários nas Autarquias Locais está em fase do levantamento dos existentes, na data referida. Quando seguir para as outras fases: estabelecer procedimentos de avaliação, prazos e requisitos, as pessoas/nomes a considerar terão de ser as que constam na lista que se deve anexar à ata e que estavam a trabalhar entre 1 janeiro e 4 maio 2017 e não novos recibos verdes. Quando se fala em precaridade, é de pessoas e não do posto ou função.*” -----

Usou então da palavra a senhora vereadora, Dra. Ana Genoveva Araújo, para referir que a situação dos prestadores de serviço não é a situação ideal e que se deve proceder à renovação com os que efetivamente são necessários. -----

Retomou a palavra o senhor vereador, Dr. Paulo Sousa, para referir que efetuou uma queixa ao Provedor da Justiça relativa à situação tributária, em sede de Imposto Municipal sobre Imóveis, das barragens e que considera uma situação de injustiça. Prosseguiu dizendo: Há quatro anos declarou-se que as barragens seriam objeto de tributação, no entanto, o governo português criou condições para que as barragens de Vilarinho da Furna e a da Caniçada, entre outras, ficassem isentas de imposto prejudicando o Município de Terras de Bouro. -----

De seguida referiu ter sido candidato à Câmara Municipal, onde já houvera sido funcionário, e ter consciência de que seria necessário, caso tivesse ganho as eleições, criar um grupo de apoio. Mas, não colocando em causa a competência da senhora Dra. Liliana Machado e do senhor Avelino Soares, designados para o Gabinete de Apoio à Presidência, acrescidos do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, e agora, *“com a abertura do mercado de transferências”*, disse, também com uma vereadora a tempo inteiro, a senhora Dra. Ana Genoveva Araújo, *“estaremos com o equivalente a cinco vereadores a tempo inteiro”*. Prosseguiu o senhor vereador dizendo que cada um daqueles elementos custa, no mandato, cerca de cento e cinquenta mil euros, valor que considera pesado considerando que em trinta e um de dezembro seremos cerca de seis mil habitantes e a maior parte do concelho não dispõe de saneamento básico. -----

O senhor vereador, Dr. Luís Teixeira solicitou a palavra para complementar, relativamente aos prestadores de serviços que a contratação de prestação de serviços deverá ter em conta: a efetiva necessidade de cada serviço; deve ser validade pelos Chefes de Divisão; que tenha em consideração a antiguidade e competência de quem trabalha a recibos verdes; e que não sejam novos recibos verdes. Solicitou ainda que se anexasse à presente ata a relação de prestadores de serviços que serviu de base à resposta à Direção Geral das Autarquias Locais. -----

Tomou a palavra a senhora vereadora, Dra. Ana Genoveva Araújo, para declarar, relativamente ao acordo político celebrado com o senhor Presidente da Câmara, que se encontra de consciência tranquila e produzir as seguintes afirmações: *“É irónico que alguém que já foi candidato pelo PS, MPT e Independentes venha dizer que eu estava no mercado de transferências. Aliás, já tinha ouvido essa do mercado de transferências. Não foi algo brilhante saído da sua cabeça.”*. Prosseguiu a senhora vereadora afirmando que, na sua opinião, *“fazer oposição só porque sim, não faz sentido”*. -----

Retomou a palavra o senhor Presidente da Câmara Municipal para referir que espera que o Orçamento do Estado para o ano de dois mil e dezoito seja claro quanto à resolução dos vínculos precários. -----

Prosseguiu, dizendo que estranha que alguém que esteve tantos anos no poder municipal não tenha aberto concursos para resolver as situações, ainda que de forma faseada, acrescentando que para si se tratam de falsos recibos verdes e este executivo está a estudar a situação para a resolver definitivamente. -----

Sobre as necessidades de contratação de pessoal, informou que já dispõe de informação dos Chefes de Divisão e que na sua opinião é necessário motivar os funcionários do quadro. -----

O senhor vereador, Dr. Luís Teixeira, solicitou a palavra para referir que, relativamente à questão da resolução dos vínculos precários pelo anterior executivo, as áreas que suportam a existência de prestadores de serviços, são as áreas de recursos humanos e financeira, sendo que estas áreas estavam com o anterior Presidente da Câmara Municipal, mas, ressaltou, não ter por hábito criticar os Presidentes com os quais trabalhou. -----

Voltou a usar da palavra o senhor Presidente da Câmara Municipal para referir que a designação dos membros do Gabinete de Apoio à Presidência, tem que ver com o trabalho que o executivo em permanência pretende desenvolver neste mandato. No final, referiu: “teremos a avaliação do povo”. Por fim, o senhor presidente solicitou aos senhores vereadores que, consigo, adotassem o seguinte lema: “*À política o que é da política. Ao trabalho o que é do trabalho*”. -----

Votou a usar da palavra o senhor vereador, Dr. Paulo Sousa, para referir que, caso fosse presidente da Câmara Municipal, nunca iria falar com o segundo elemento de outra lista, mas sim com o primeiro e que se fosse convidado a integrar o executivo em permanência não aceitaria o cargo a tempo inteiro. Prosseguiu, lembrando que o senhor Presidente da Câmara Municipal, referiu, no ato da tomada de posse, que iria trabalhar com todos os elementos do executivo e que, estando em minoria teria que conversar com a oposição. Aquele senhor vereador entende que o mandato é para quatro anos e que o executivo deve respeitar o que o povo decidiu: “*A maior parte não votou no PSD*”. Finalizou dizendo que tudo fará para que este mandato corra bem e que daqui a quatro anos o possam dizer.-

Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara Municipal para referir, a propósito de trabalhar com todos os elementos do executivo, que no dia trinta de outubro foram contactados os elementos da oposição relativamente à situação dos recibos verdes e da necessária alteração orçamental, e que nesse mesmo contacto foram solicitados contributos para a elaboração do orçamento e plano de atividades para o ano de dois mil e dezoito. -----

Finalizado o período “antes da ordem do dia” e por se tratar da reunião pública do mês de novembro, o senhor Presidente da Câmara Municipal, questionou o público presente sobre se alguém desejaria usar da palavra. -----

Solicitou a intervenção o senhor António Soares, que começou por questionar o senhor Presidente da Câmara Municipal sobre se a “*lei dos recibos verdes*” irá ser igual para todos. -----

Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara Municipal para referir que a necessidade de serviços em regime de prestação de serviços está a ser avaliada pelo executivo em permanência, mas que pode adiantar, em face daquela avaliação, que não irão contratar todos os prestadores que cessaram funções no passado dia trinta e um de outubro. -----

Acrescentou o senhor Presidente da Câmara Municipal que a renovação de parte dos prestadores de serviços não aconteceu porque os senhores vereadores da oposição

condicionaram a aprovação da alteração orçamental à renovação com a totalidade dos prestadores de serviços, sabendo que não existiria dotação orçamental suficiente. -----

Retomou a palavra o senhor António Soares para referir que iria estar atento à atividade do Município nesta matéria, nomeadamente, aos contratos futuros e respetivos cocontratantes. -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal questionou o senhor António Soares sobre o respetivo interesse na questão dos prestadores de serviços, ao que o senhor respondeu que a sua filha prestou serviço no posto de turismo de Rio Caldo até ao passado dia trinta e um de outubro. -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal voltou a questionar o elemento do público sobre quanto tempo prestou a sua filha trabalho naquele local, ao que o senhor António Soares retorquiu com: “*Há sete anos*”. -----

Usou então da palavra o senhor presidente da Câmara Municipal para questionar o senhor António Soares sobre as razões pelas quais o anterior executivo municipal, em sete anos não resolveu a situação da sua filha e pretende, agora, que o atual executivo a resolva em quinze dias. O senhor António Soares retorquiu: “*Andei sete anos enganado!*” -----

Sendo doze horas e quarenta minutos e nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente da Câmara Municipal deu por encerrada a reunião da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada nos termos da lei. -----